

No. 50587*

**Brazil
and
Japan**

Exchange of notes constituting an agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of Japan regarding the taxation of Japanese air carriers operating in Brazil. Brasilia, 22 July 2009

Entry into force: *22 July 2009 by the exchange of the said notes, in accordance with their provisions*

Authentic texts: *English and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 15 April 2013*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Brésil
et
Japon**

Échange de notes constituant un accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement du Japon concernant l'imposition des compagnies aériennes japonaises opérant au Brésil. Brasilia, 22 juillet 2009

Entrée en vigueur : *22 juillet 2009 par l'échange desdites notes, conformément à leurs dispositions*

Textes authentiques : *anglais et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 15 avril 2013*

** Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[ENGLISH TEXT – TEXTE ANGLAIS]

*Embaixada do Japão
Brasil*

I

Brasília, July 22, 2009

Excellency,

I have the honour to confirm the following understanding between the Government of Japan and the Government of the Federative Republic of Brazil, aimed at the implementation of Article 4 of Brazilian Law No. 10.560 of 13 November 2002, as amended by Article 20 of Brazilian Law No. 11.051 of 29 December 2004:

1. The Government of Japan confirms that Brazilian carriers operating in Japan have not been and are not on the date of exchange of this Note and Your Excellency's Note in reply subject to turnover taxes equivalent to the Brazilian "Contribution to the Social Integration Program" (hereinafter referred to as "PIS"), "Social Contribution to the Social Investment Fund" (hereinafter referred to as "FINSOCIAL") and "Social Contribution to the Financing of Social Security System" (hereinafter referred to as "COFINS").

2. Bearing in mind reciprocal treatment, the Government of Japan understands that:

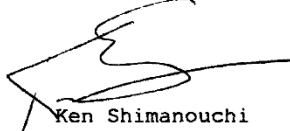
- a) pursuant to Section V and paragraph 1 of Article 14 of Provisional Measure No. 2.158-35 of 24 August 2001, Japanese carriers operating in the Federative Republic of Brazil shall be exempt from PIS and COFINS; and
- b) pursuant to Article 4 of Law No. 10.560 of 13 November 2002, as amended by Article 20 of Law No. 11.051 of 29 December 2004, and due regard being paid to the procedures set out in the Joint Directive PGFN/SRF No. 6 of 30 December 2003, the charge imposed on the Japanese air carriers operating in the Federative Republic of Brazil in accordance with the PIS, FINSOCIAL and COFINS regarding the taxable events that occurred until the day before the entry into force of Section V and paragraph 1 of Article 14 of Provisional Measure No. 2.158-35 of 24 August 2001 are cancelled and the corresponding assessments are declared null and void for all purposes.

His Excellency
Mr. Celso Amorim
Minister of External Relations
of the Federative Republic of Brazil

Embaixada do Japão
Brasil

I have further the honour to propose that this Note and Your Excellency's Note in reply confirming the foregoing understanding on behalf of the Government of the Federative Republic of Brazil shall be regarded as constituting an agreement between the two Governments, which shall become effective on the date of Your Excellency's reply.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.



Ken Shimanouchi
Ambassador Extraordinary and
Plenipotentiary of Japan
to the Federative Republic of Brazil

II

DAI/DCF/ 2 /PAIN BRAS JAPA

Brasília, July 22, 2009

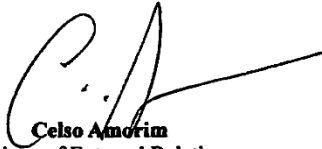
Excellency,

I have the honour to acknowledge the receipt of Your Excellency's Note of today's date, which reads as follows:

[See Note I]

I have further the honour to confirm on behalf of the Government of the Federative Republic of Brazil that the foregoing is also the understanding of the Government of the Federative Republic of Brazil and to agree that Your Excellency's Note and this Note in reply shall be considered as constituting an agreement between the two Governments, which shall enter into force on the date of this Note in reply.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.



Celso Amorim
Minister of External Relations
of the Federative Republic of Brazil

His Excellency
Mr. Ken Shimanouchi
Ambassador Extraordinary
and Plenipotentiary of Japan
to the Federative Republic of Brazil

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

DAI/DCF/ 2 /PAIN BRAS JAPA

Brasília, 22 de julho de 2009

Excelência,

Eu tenho a honra de acusar o recebimento da Nota de Vossa Excelência na data de hoje, cujo teor é o seguinte:

“Brasília, 22 de julho de 2009

Excelência,

Tenho a honra de confirmar o seguinte entendimento entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, visando à implementação do Artigo 4 da Lei Brasileira Nº 10.560 de 13 de novembro de 2002, tal como emendado pelo Artigo 20º da Lei Brasileira Nº 11.051 de 29 de dezembro de 2004:

1. O Governo do Japão confirma que aeronaves brasileiras operando no Japão não foram nem são, na data do envio desta Nota e na data da Nota de resposta de Vossa Excelência, sujeitas a tributos sobre faturamento equivalentes à “Contribuição para o Programa de Integração Social” (a que me refiro de agora em diante como “PIS”), “Contribuição Social para o Fundo de Investimento Social” (a que me refiro de agora em diante como “FINSOCIAL”) e a “Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social” (a que me refiro de agora em diante como “COFINS”).

2. Tendo em vista o tratamento recíproco, o Governo do Japão entende que:

a) em decorrência da Seção V e do parágrafo 1º do Artigo 14 da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, aeronaves japonesas operando na República Federativa do Brasil devem ser isentas de PIS e COFINS; e

b) em decorrência do Artigo 4 da Lei Nº 10.560 de 13 de novembro de 2002, tal como emendada pelo Artigo 20 da Lei Nº 11.051 de 29 de dezembro de 2004, e em observância aos procedimentos definidos na Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 6 de 30 de dezembro de 2003, os débitos atribuídos às empresas de transporte aéreo japonesas operando na República Federativa do Brasil a título de PIS, FINSOCIAL e COFINS, referentes a fatos geradores ocorridos até o dia anterior à entrada em vigor da Seção V e parágrafo 1º do Artigo 14 da Medida Provisória Nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001, ficam cancelados e declarados nulos e sem efeito para todos os propósitos.

**Sua Excelência
Sr. Ken Shimanouchi
Embaixador Extraordinário
e Plenipotenciário do Japão
junto à República Federativa do Brasil**

Eu tenho igualmente a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência confirmando o entendimento exposto em nome do Governo da República Federativa do Brasil sejam consideradas como um acordo entre os dois Governos, que entre em vigor na data da resposta de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e consideração.

Ken Shimanouchi
Embaixador Extraordinário
e Plenipotenciário do Japão
junto à República Federativa do Brasil”

Tenho igualmente a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, que o acima exposto é igualmente o entendimento do Governo da República Federativa do Brasil, e em concordar que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituam um acordo entre os dois Governos, que entrará em vigor na data desta Nota de resposta.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e consideração.



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil